

Governo se arma contra adiamento

Líderes asseguram que têm 280 cincoanistas de plantão em Brasília

Depois de sucessivos levantamentos para apurar os votos que o mandato de cinco anos conquistará em plenário, a liderança do Governo confirmou ontem que tinha em Brasília mais do que os 280 necessários à aprovação. Mas, diante do que considera manobras protelatórias das oposições — e acusando formalmente o líder Mário Covas de querer pirraçar o presidente José Sarney — o grupo de mobilização passou a adotar duas estratégias: interinamente, sabia que a decisão só será possível na próxima quarta-feira, mas todos os cincoanistas defendiam a votação imediata. Ontem, só se permitiu a votação do pequeno capítulo sobre o meio ambiente (pag. 7), faltando acordo para o restante apesar das longas reuniões realizadas.

Enquanto não votam o mandato, os cincoanistas desencadearam uma verdadeira "operação captura" para conquistar alguns votos de última hora. E, dos dez que dizem ter aderido, pelos menos alguns estão de todo assegurados, como o de Miriam Portela, Jesualdo Cavalcanti e Riberito Balesira. Com o voto de Rita Camata, apesar de ter admitido rever sua posição, ninguém conta.

Nas inúmeras reuniões de avaliação promovidas no gabinete da liderança do Governo, que serve de quartel-general para os cincoanistas, foi apurado pelo grupo uma intenção protelatória a mais dos opositoristas: votar antes do mandato o congelamento da UR, que ocorrerá hoje cedo, pois com isso entendem que desgastarão

ainda mais o Governo. Acontece que uma resposta já está preparada: como faltam apenas quatro dias para vencer o prazo de validade do decreto presidencial, muita gente está sendo liberada para votar contra o Governo nesta hora, com o que será possível "virar o feitiço contra o feitiço".

Um dos estrategistas contou também que soube de pressões feitas pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, sobre o presidente do Congresso, Humberto Lucena, para colocar em pauta o decreto do congelamento da UR. Foi com essa perspectiva que liberaram muitos para votar, já que a repercussão de uma eventual derrota não será expressiva para o Governo em termos econômicos e poderá trazer dividendos políticos.

Os governistas passaram as últimas 48 horas acusando o líder Mário Covas de embaralhar os acordos para irritar o presidente José Sarney, já que ele só viajará para os Estados Unidos na próxima semana se o tamanho do mandato estiver definido. Deste modo, o grupo de cinco anos começou a defender a decisão imediata, mas se o outro lado aderir começa a obstruir para deixar o assunto de molho até quarta-feira.

Outro aspecto que vem sendo considerado com rigor é o de evitar ainda o já ganho, desconfiados de que as oposições querem exatamente isso para colocar alguma surpresa em prática. O grupo governista está trabalhando com a previsão de atingir o quorum total, pois só com ele sente segurança de manter os votos favoráveis aos cinco anos, que devem ser em torno de 310. E que existem seis doentes, alguns sem segurança para viajar a Brasília correndo.

EUGÊNIO NOVAES



Longas negociações, que pouco avançaram, impediram que a Constituinte se aproximasse do mandato

Presidente critica "capricho da esquerda"

Por considerar que a obstrução da votação do mandato de cinco anos é "um capricho da esquerda", o presidente José Sarney determinou ontem aos líderes do governo no Congresso Nacional que quer a questão definida ainda esta semana, ainda que seja no sábado ou no domingo. Sarney mandou mobilizar os constituintes favoráveis aos cinco anos, argumentando que se o governo conta com a maioria não precisa da participação da oposição para votar a matéria. A ordem de Sarney é seguir os parlamentares em Brasília para garantir o quorum necessário para viabilizar a aprovação do mandato. "A estratégia é votar", disse.

A sua determinação foi transmitida ontem, durante reunião no final da manhã, no Palácio da Alvorada, da qual participaram os líderes do governo, assessores políticos da Presidência da República e oito ministros de Estado. Sarney disse que não aceita, de forma alguma, a protelação da votação do seu mandato, segundo revelou o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço. Ele disse que pode ser antecipada a votação das matérias que antecedem os cinco anos. Ele entende, inclusive, que mantendo o ritmo rápido dos trabalhos a defl-

nição da questão pode sair na sexta-feira, pela manhã.

José Lourenço, que tem participado de todas as reuniões convocadas por Sarney, disse que a decisão de votar logo o mandato atende às pressões que estão sendo feitas pelas bancadas do PMDB e do PFL. "Que já não suportam mais continuar com os adiamentos sem motivo algum", acrescentou. O deputado acrescentou que votar na próxima semana não significaria que o quadro pudesse ser alterado. Segundo os últimos levantamentos, Sarney conta com o apoio de 320 parlamentares. Por isso, a decisão tomada ontem levou em conta o fato de que o "País não pode ficar parado à espera de uma votação na Constituinte".

O ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, que nunca perdeu uma reunião, disse que a avaliação do governo sobre o quadro político é de que há condições plenas para se manter o resultado obtido em março, quando o mandato de cinco anos para os próximos presidentes da República foi aprovado por 304 votos, em março passado. Ele acha que todos os constituintes que apoiam o governo estão mobilizados, e dar quatro anos para Sarney seria uma "incoerência política".

EUGÊNIO NOVAES



Fiúza no Plenário: procurando reforçar a maioria cincoanista

Fiúza não crê em sustos agora

E com absoluta tranquilidade que o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) aguarda a decisão sobre o do mandato do presidente José Sarney. Aliás, segundo disse ontem ao CORREIO BRAZILIENSE, está até mais seguro agora do que na superterça, quando apenas a dez minutos de iniciar-se a votação, deu o resultado favorável a alguns colegas com os quais dividia suas tensões. Agora, ele funcionou não mais como a figura central da coordenação, entregando aos líderes Carlos Sant'Anna e José Lourenço, mas trabalhou voltado para o convencimento do grupo vacilante, ao qual mostrou as razões do Governo para evitar as eleições deste ano.

Segundo as previsões de Ricardo Fiúza, os cinco anos terão inclusive mais votos do que estão pensando, pois existem alguns no grupo de oposição que poderão reverter o voto por causa das manobras protelatórias visando atrasar a decisão. Quanto ao funcionamento em si da mobilização, negou que tenha havido alguma exigência extravagante dos constituintes ou algo cheirando "à fisiologia mais vulgar". Mas, reconheceu como legítimas as reivindicações de alguns para serem reconhecidos como pessoas alinhadas com as teses do Governo. E não acha demais usar avião se precisar trazer

uns cinco ou seis que estão doentes.

Todos têm consciência de que somente com um mandato de cinco anos o presidente José Sarney poderá concluir o processo de transição, comentou o pefelista pernambucano. Todavia, ressaltou que não considera demais uma pessoa que participa do Governo cobrar também um espaço para participar das decisões ou do processo de escolha de assessores do segundo e terceiro escalão nos seus estados. O que não poderá mesmo é apoiar que coloquem seus inimigos nos cargos defendeu.

O deputado confirmou que dentro desta tese. O Governo agiu, mas "sem nenhuma fisiologia vulgar tem procurado compatibilizar os interesses dos deputados, e isso considero legítimo". Falando depois sobre o papel do Centrão na votação do mandato, explicou que o grupo teve desde o início de sua formação um compromisso interno de não envolver nas teses que defendia o mandato e o sistema de Governo. Mas, mesmo assim, lembrou Ricardo Fiúza, a grande maioria mostrou que preferiu cinco anos e o presidencialismo.

NOVA BASE

Ele admitiu ainda que o novo grupo que se formou a partir do Centrão, agora voltado para o mandato de cinco anos, deverá ser

mais adiante o bloco de sustentação do Governo no Congresso, algo também que considera essencial para a conclusão do processo de transição. Afinal, lembrou, precisamos tentar uma conciliação capaz de permitir que se recupere os direitos civis da sociedade brasileira. Essa é, na sua opinião a grande bandeira do Centrão: apadrinhar a classe média que está órfã.

No trabalho de mobilização, contou Ricardo Fiúza que se valeu inicialmente de uma apuração mecânica dos votos. Para cada constituinte que optou por cinco anos, mantiveram contatos pessoais, a fim de confirmar se eles também dariam este prazo de mandato para o presidente José Sarney. Com isso, avisou ontem, haverá grande surpresa no plenário, pois o número - na superterça foram 304 votos favoráveis - desta vez será ampliado. Teremos 315 a 320 votos - previu.

Indagado como conseguiram esta proeza, o deputado foi taxativo: "o que está por trás de tudo isso é o sentimento de que se todos os presidentes terão cinco anos seria uma discriminação odiosa com o presidente José Sarney dar a ele apenas quatro anos". Depois, revelou que esse foi um dos argumentos utilizados pela mobilização para trazer votos favoráveis aos cinco anos.

Negociação já chega à prorrogação

Os articuladores políticos do Governo estão pensando em retirar a emenda Matheus Iensen, que fixa em cinco anos o mandato do presidente Sarney. A idéia, agora, é aprovar uma fusão de outras duas propostas, dos deputados Heráclito Fortes (PMDB-PI) e Saulo Queiroz (PFL-MS), para permitir a coincidência entre as eleições presidenciais e as municipais. Neste caso, ambas seriam realizadas em setembro do próximo ano, no primeiro turno, e em outubro, na segunda rodada, com posse no dia 1º de janeiro de 1990.

O novo interesse do Planalto foi confirmado pelo líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi, durante reunião das lideranças partidárias para discutir o projeto regulamentando as eleições municipais, ontem pela manhã. Segundo o relato do senador Fernando Henrique Cardoso, que teria se manifestado contra a medida, Derzi recomendou aos colegas que estudem com atenção as duas emendas, lembrando que a coincidência eleitoral representa uma economia para o País.

O deputado Ulysses Guimarães, de acordo com um de seus amigos, já estaria trabalhando nos bastidores a favor da idéia. Para o PMDB, a vantagem é óbvia: com uma máquina fantástica montada em todos os municípios do País, a tese da eleição casada favorece os interesses do partido na sucessão presidencial.

Aos constituintes, que definirão o assunto, a medida também interessa. Em primeiro lugar, do ponto de vista financeiro, já que o custo da eleição municipal não pesaria mais em seus bolsos, e sim nos do candidato à Presidência da República. Em segundo lugar, porque os trabalhos da Constituinte os afastaram das bases. Em outras palavras: se o pleito municipal for realizado este ano, os deputados estaduais é que tomarão conta dos próximos prefeitos e vereadores.

IMPOPULARIDADE

O que pode atrapalhar os planos do Planalto, neste sentido, é a impopularidade da prorrogação. Embora conte com apoio significativo entre os parlamentares, a idéia pode não ser aprovada por um motivo muito simples: poucos querem se comprometer publicamente com ela. E na Constituinte, como se sabe, não existe votação secreta.

Ulysses revê suas datas

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem que dificilmente o mandato do presidente José Sarney será votado hoje. Isto porque, explicou, ainda faltam três capítulos do Título VIII — Família, Meio Ambiente e Índios — a serem apreciados e votados pelo plenário da Constituinte. Ulysses Guimarães acredita que o mais provável é que o mandato do presidente Sarney seja votado somente na próxima semana.

Ulysses não quis fazer também uma previsão para o final dos trabalhos da Constituinte. Disse que é difícil fazer uma estimativa diante das "surpresas" e feriados que ainda podem vir. No entanto, fazendo um "cálculo meramente referencial, meramente aproximado", o presidente da Constituinte estimou até meados de junho a última etapa da elaboração da nova Carta.

O presidente da Constituinte disse ainda que pretende reduzir ao máximo os prazos para a apresentação de destaques para a votação em segundo turno. Ele afirmou que o relator da Constituinte, deputado

Bernardo Carbal (PMDB/AM), já lhe enviou os textos com a nova redação e disse que este trabalho "avancou muito" porque o relator já se encontra no artigo 292 do novo texto constitucional.

Ontem, Ulysses manteve contatos com quase todos os 8 grupos de lobby que estiveram no Congresso para reivindicar mudanças nas mais diversas áreas.

A luta de plenário em torno da duração do mandato do presidente Sarney, prevista para o fim desta semana ou início da próxima, terá seu primeiro round antes mesmo da votação do artigo das disposições transitórias que trata do assunto. Para chegar lá, os constituintes terão que definir primeiro o texto-base para esse título, optando entre a emenda coletiva do Centrão, que não faz referências ao mandato, e o texto da Comissão de Sistematização, que prevê quatro anos. Esse embate já deverá definir a correlação de forças no plenário.

Na opinião de alguns constituintes, esta primeira votação será tão decisiva quanto a do artigo referente ao mandato.

Sarney banca a viagem

Com ou sem uma definição sobre o seu mandato pela Constituinte, o presidente José Sarney viajará no próximo dia cinco para Nova Iorque, onde participará da Terceira Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para Desarmamento. A decisão do Presidente foi tomada por duas razões: em função da obstrução sistemática que vem sendo articulada pelo líder Mário Covas, e pela certeza de Sarney de que expressiva maioria é favorável aos cinco anos para o seu mandato.

Esta certeza o Presidente teve, ontem, após reunião de avaliação com os ministros políticos, os líderes do Governo na Constituinte, o ministro Thales Ramalho, e assessores, a terceira realizada esta semana. "Agora o líder da minoria Mário Covas, vai parar de brincar. Ele está tentando com esta obstrução decidir os destinos do País", ironizou um dos participantes da reunião do Alvorada.

De fato as manobras do senador Mário Covas não

estão sendo compreendidas pelo Palácio do Planalto. "Não compreendo o alcance da medida, os dividendos políticos de protelar a elaboração de nova constituição, menos ainda quando se sabe que a sociedade está ansiosa pela futura Carta", comentou o ministro Thales Ramalho. Segundo ele, se a intenção de Covas era evitar que o Presidente fosse à reunião da ONU, perdia tempo. "Uma reunião da ONU, fórum da importância que tem, não é nenhuma viagem a Petrolina que pode, sem problemas ser cancelada", acrescentou Ramalho.

A confirmação de que Sarney ir mesmo à ONU com ou sem a definição de seu mandato foi feita pelo porta-voz da Presidência, Carlos Henrique Almeida Santos. "O presidente me disse que não há esse interesse todo de sua parte para que a votação seja antes ou depois da sua viagem à ONU", declarou. Ao ser indagado se Sarney iria mesmo viajar, respondeu: "Val porque, considera a questão já resolvida".

Tema para o Alto Comando

A reformulação de projetos técnicos; cortes parciais no volume de compras de equipamentos previstos no projeto FT-90 (Força Terrestre 1990), tendo em vista a redução nos orçamentos dos ministérios, que devem atingir 0,9% até o fim do ano, e análise de assuntos relacionados à conjuntura político-nacional, fazem parte da agenda da reunião do Alto Comando do Exército, convocado para hoje e

amanhã pelo ministro Leônidas Pires Gonçalves. Ele retornou ontem de uma série de visitas aos Comandos Militares do Sul, Sudeste e Leste.

Na parte política, os 13 oficiais-generais que integram aquele alto conselho analisam a posição do Exército em relação ao projeto de anistia aos casados por atos administrativos nos governos militares, e o mandato de cinco anos do presidente Sarney.